

MP vai liberar R\$ 650 milhões para socorrer as áreas em 1.235 municípios

Cada trabalhador receberá R\$ 80 mensais por jornada de 27 horas semanais

Sérgio Marques

Vanildo Mendes

● BRASÍLIA. O presidente Fernando Henrique Cardoso baixará uma medida provisória, nos próximos dias, criando uma fonte de financiamento, com recursos do Orçamento no montante de R\$ 650 milhões, para frentes produtivas no Nordeste. O benefício alcançará um milhão de flagelados em 1.235 municípios do semi-árido nordestino, do Norte de Minas e do Espírito Santo castigados pela seca. O alistamento já está aberto e o benefício começa a contar a partir de segunda-feira, anunciou o presidente ontem.

Cada trabalhador receberá R\$ 80 mensais por uma jornada de 27 horas semanais nas frentes. Desse valor, R\$ 65 (meio salário-mínimo) serão garantidos pelo Governo federal e o restante (R\$ 15) virá como contrapartida dos Governos estaduais. O Planalto negocia desde ontem com os governadores a fixação da contrapartida para evitar valores divergentes. Os recursos a serem alocados pelo Governo federal na MP serão suficientes para dez meses de pagamento aos alistados, cobrindo todo o período crítico da seca, ainda por vir.

Idéia é criar atividades produtivas permanentes

As frentes produtivas, sucedâneas das frentes de emergência criadas anteriormente a cada seca no Nordeste, darão prioridade a obras que melhorem a qualidade de vida da população e que ajudem o participante a ter uma alternativa de renda permanente. Entre as inovações estão as frentes ecológicas, que vão atuar, pela primeira vez em séculos de devastação ambiental, na conservação de unidades de interesse ambiental, na recuperação de solos degradados e de mananciais hídricos poluídos ou exauridos.

Serão criadas frentes culturais, que treinarão agricultores com talento para artesanato, fabricação de redes e trabalhos em couro e barro. Em Caruaru, conhecida pelos bonecos de barro, será estimulado esse tipo de trabalho. Em Serra Talhada, famosa por ser a terra de Lampião e também pelo artesanato, serão formados artesãos para trabalho em couro.

Nas frentes, será estimulada a formação de cooperativas que permaneçam ativas após o encerramento do serviço patrocinado emergencialmente pelo Governo. No passado, as frentes tinham um caráter paternalista e absolutamente improdutivo. Para que não parecesse esmola, os alistados eram engajados em obras fictícias ou de interesse duvidoso, como carregar paralelepípedos de um lado para outro, pintar meio-fio ou limpar açudes privados.

Sudene já tem estudo de vocações econômicas

A idéia do Governo é criar no semi-árido nordestino uma rede de atividades produtivas na linha do desenvolvimento sustentável. Os alistados poderão aprender ofícios como de marceneiro, carpinteiro, artesão, agente de turismo, lanterneiro, cabeleireiro etc.

A Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) já tem um estudo de vocações econômicas de toda a região, feita em secas anteriores e nunca utilizado. O cadastramento e a fiscalização das frentes serão acompanhados pelos comitês criados em 1.235 municípios para a distribuição das cestas básicas. O alistamento substituirá as cestas à medida que os trabalhadores receberem pelo trabalho.

O Ministério dos Transportes, que antecipou o calendário das obras que ocorreriam ao longo do ano no Nordeste, pagará um valor maior aos alistados, R\$ 150. Mas serão apenas 46 mil vagas.

O Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat) vai liberar R\$ 300 milhões para investir em programas de infra-estrutura de turismo na região atingida pela seca. O Banco do Nordeste (BNB) poderá emprestar esses recursos a empresas, Governos estaduais ou

prefeituras desde que eles ofereçam contrapartida total de R\$ 200 milhões. O Pró-Trabalho, como está sendo chamado o programa, financiará pólos de desenvolvimento que tenham como base atividades econômicas da região. O BNB receberá outros R\$ 120 milhões para financiamento de pequenos agricultores e empresas.

— Este não é um programa emergencial, é um programa estrutural, para gerar empregos — disse o secretário de Políticas de Emprego e Salário do Ministério do Trabalho, Jorge Jatobá.

O Codefat também aprovou a proposta de pagar mais uma parcela do seguro-desemprego aos

trabalhadores do Polígono da Seca que estiverem com o benefício vencendo em maio, junho ou julho. Estão de fora os desempregados do Maranhão, que não foi atingido pela estiagem, e das regiões metropolitanas de Recife, Salvador e Fortaleza, para as quais o Codefat já tinha aprovado a prorrogação do seguro-desemprego. A medida deve atingir 95 mil trabalhadores e custará R\$19,4 milhões, segundo Jatobá.

Essa proposta foi apresentada pelo representante da Central Única dos Trabalhadores (CUT) no Codefat e encampada pelo Governo. A idéia inicial era fazer um seguro-desemprego especial para

o Nordeste, que atendesse trabalhadores da região atingida pela seca, mas seria preciso mudar a lei, o que foi tido como inviável.

A equipe econômica ainda não sabe quanto gastará com a seca. Por enquanto, o que está sendo feito é antecipar a liberação de recursos previstos no Orçamento, sem gastos extras. O cenário poderá mudar se a situação se agravar ou se prolongar por muitos meses. Neste caso, o Governo teria como opção usar parte dos recursos extras que conseguiu com a privatização da telefonia celular, que chegam a R\$ 2 bilhões. ■

COLABOROU Leandra Peres



O PRESIDENTE FERNANDO Henrique caminha, ao lado de assessores, antes da entrevista no Palácio do Alvorada